

Sobre a Dimensão Social da Política Liberal

Hubertus Müller-Groeling

A política liberal é identificada, com razão, como uma política que centraliza os seus esforços em torno do indivíduo, dos seus direitos de liberdade e da sua responsabilidade. É identificada também como uma política de economia de mercado que defende a eficiência, a concorrência e o desenvolvimento econômico, visando a reduzir o poder do Estado ao mínimo necessário.

Com seu apelo por autonomia e responsabilidade própria do indivíduo, tal política é freqüentemente acusada de não possuir uma dimensão social. Uma contraposição descuidada de indivíduo e sociedade, de mercado e moral, de mentalidade de desempenho e justiça social é que dá origem à crítica dirigida à política liberal de tratar o social com indiferença.

O mal-entendido acerca de uma frieza social da política liberal só pode partir daqueles que identificam “o social” com sistemas estatais de segurança social. Trata-se de um costume alimentado durante décadas equiparar o crescimento social à expansão desses sistemas. E, portanto, se uma política liberal se recusa a cair nessa armadilha de um conceito limitado de social, ela acaba por ser acusada de liberalismo econômico e ter contestada a sua dimensão social.

A crítica teria algum fundamento, caso se tratasse apenas de reclamar da ausência dos representantes da política liberal entre as barricadas

por uma maior expansão dos sistemas de segurança social coletivos e obrigatórios . Porém, a verdade é que ela não atinge o cerne da questão.

A política liberal é, em si, social

A política liberal volta-se exatamente contra a expansão de sistemas de segurança obrigatórios, contra a socialização dos riscos privados, inerentes à vida, e contra a estatização do amor ao próximo. Volta-se igualmente contra a tutela e a incapacitação do cidadão por uma autoridade assistencial, bem como contra o cultivo de uma mentalidade de mera reivindicação.

Infelizmente, costuma-se ignorar que, para a política liberal, importa um projeto para a sociedade em que o social não seja considerado sobretudo como um apêndice dos acontecimentos do mercado, ou seja, como simples correção dos resultados do mercado, limitando-se, assim, a sistemas de segurança social.

Ao contrário, a política liberal tem por objetivo um sistema econômico e social de natureza social intrínseca. A política liberal é em si social, porque a partir de uma política de economia de mercado busca criar para os cidadãos não só a liberdade de atuação com vistas ao seu próprio bem e com responsabilidade própria, sem tutela estatal e sem discriminação, mas também porque as condições de atuação que defende são adequadas de tal forma à ordem econômica e jurídica que, em geral, o que é útil para o indivíduo acaba também sendo bom para a sociedade. A dimensão social da política liberal pressupõe que o indivíduo assuma, de acordo com suas forças, a responsabilidade por si e pelos seus. Ela reside na qualidade da “interação

em que a atuação pelos próprios objetivos também fomente os objetivos dos outros” (Simmel).

Sistemas normativos e Concorrência

Para essa interação contribui não só o fato de intercâmbio e cooperação em mercados livres só se realizarem quando trazem vantagem para todos os envolvidos. O fundamento da dimensão social da política liberal é a ordem econômica e jurídica. Nela estão contidas as regras e as normas mínimas que conciliam as ações do indivíduo com o bem-estar coletivo¹. É mérito indiscutível dos liberais da Escola de Freiburg em torno de Eucken e Böhm ter reconhecido a importância do ordenamento jurídico para o mercado, portanto, o papel da ordem econômica e da concorrência, inseridas pela sociedade em um processo político. Entretanto, instituições como a ordem econômica necessitam, para a sua interpretação, do embasamento fornecido pela tradição². Nesse sentido, um papel decisivo é desempenhado pela moral de mercado, desenvolvida pela própria sociedade de mercado e que, de um modo geral, encontrou respaldo nas leis e constitui grande parte da moral da sociedade burguesa³.

Não se pode falar em mercados descontrolados, a despeito de todas as queixas sobre a decadência da moral e de todo o conflito em torno da elaboração da ordem econômica e jurídica. É evidente que os mercados têm que ser libertados de intervenções e regulamentações estatais excessivas,

¹ Ver Karl Homann/ Eckart Blome-Drees, *Unternehmensethik, Managementethik* [Ética empresarial, Ética em *Management*], em : *Die Betriebswirtschaft* 55/1995, p. 98 s.

² cf. Karl Popper, In *Search of a Better World*, London, 1992, p. 155 s.

³ Ver Herbert Giersch, *Moral als Standortfaktor* [A moral como fator local], F.A.Z. de 31.12.1994, e H. Müller-Groeling, *Ethik und Markt*, [Ética e Mercado], “*liberal*”, 38. Jahrgang, Heft 1 1996, p. 59 s.

como existem, por exemplo, no mercado de trabalho, nos sistemas de segurança estatais obrigatórios e no setor habitacional, gerando aparições arcaicas na economia e na sociedade. Porém, os mercados também têm que ser protegidos da formação de cartéis, do monopólio e do domínio de mercado, a fim de conservar a sua capacidade de funcionamento como instrumento de escolha, de não-discriminação e, ainda, de limitação do poder. Na maioria das vezes, os mercados abertos e a concorrência internacional representam instrumentos mais eficazes de combate a concentrações de poder do que uma política estatal de cartel, que, apesar disso, é imprescindível. A política liberal possui aqui, como uma responsabilidade social, um posto de sentinela.

O esporte talvez seja o melhor exemplo para a interação entre ordem econômica e comportamento de mercado. Por mais que o comportamento dos competidores e suas jogadas sejam importantes para a vitória, são as regras do jogo que garantem uma competição justa e o sucesso da competição como um todo. Desde que as regras sejam justas e justamente respeitadas, as jogadas de cada um ou do time fomentam o desenvolvimento da capacidade dos participantes, bem como o sucesso de todo o evento.

Como no mercado, as regras do esporte também não excluem um comportamento justo que supere o que as regras exigem. Ao contrário, a experiência mostra que um excesso de justiça durante a competição – que talvez já sinalize um maior desenvolvimento da moral de competição – poderá repercutir de modo muito positivo sobre a reputação do agente ou levar com o tempo até mesmo a uma adaptação das regras do jogo.

Na economia de mercado acontece algo muito parecido: quando a ordem econômica e jurídica corresponde às exigências liberais, o cidadão que se atém ao direito e à lei no que diz respeito à concorrência pode partir do princípio de que suas ações também possuem valor social, que são úteis para a sociedade, apesar de ele visar a seus próprios interesses (entendidos no seu sentido mais amplo). Uma parte considerável da dimensão ética, social da política liberal está contida na ordem jurídica e econômica, que determina a ação dos cidadãos⁴. As condições do sistema normativo determinam de um modo geral a estrutura de estímulo para a ação na política e na economia, como acontece no esporte. A concorrência no esporte e a concorrência na economia e na sociedade orientam-se por seus respectivos sistemas normativos e de estímulo. Isso não impede que os costumes e a moral burguesa estabeleçam exigências mais rigorosas em relação ao comportamento social do que aquelas que já se fixaram nas regras gerais da ordem, como uma espécie de moral mínima. Ao contrário, com base no respectivo nível de bem-estar atingido, paralelamente a outras exigências aumentam também as exigências em relação ao comportamento social. Evidentemente, a política liberal abrange a responsabilidade do indivíduo por várias comunidades pequenas na sociedade de cidadãos, assim como a sua participação ativa (voluntária) nessas comunidades e no Estado. Um dos objetivos da política liberal é exatamente estimular a prática dessa responsabilidade pela concessão de uma maior autonomia.

Não se deve buscar, portanto, em primeira linha, a dimensão social da política liberal no aparato de reparação dos processos sociais que serve à política social do Estado para corrigir os resultados do mercado e da concorrência. A redução do social a esse aparato reparador, a contraposição

⁴ ver Karl Homann/ Eckart Blome-Drees, *ibidem*.

do social e da política de economia de mercado é um mal-entendido fundamental e bastante propagado. Ele é reforçado pela análise normalmente muito radical de exemplos do assim chamado “fracasso de mercado”, com o qual se tenta chamar o Estado à ação, no entanto, sem considerar o “fracasso do Estado”, esse, sim, muito mais grave. A dimensão social da política liberal não reside tanto na correção posterior, mas sim em primeiro plano num projeto para a sociedade, no ordenamento econômico e jurídico que garanta a propriedade e canalize a concorrência, por meio de regras adequadas, para o bem-estar comum⁵.

A política liberal alcança seus resultados sociais primeiramente por intermédio dos mercados, da sua política de economia de mercado, bem como da exploração de mecanismos econômicos de estímulo, contidos no ordenamento econômico. Eles estão contidos em um ordenamento jurídico e econômico que, por sua vez, reflete as exigências sociais e éticas da sociedade no âmbito de uma moral mínima. Uma contraposição de política de economia de mercado e política social não faz jus à política liberal e desconhece os elementos essenciais dos seus mecanismos sociais de atuação.

Função Social dos Mercados

A política liberal preocupa-se essencialmente com a liberdade do cidadão. A liberdade limita os direitos do Estado e da Sociedade em relação ao indivíduo, mas liberdade também significa responsabilidade do indivíduo

⁵ Karl Homann, *Sozialpolitik nicht gegen den Markt* [Política social, não contra o mercado], F.A.Z., nº 37 de fevereiro de 1999, p. 15; Homann/Blome-Drees, *Unternehmensethik...*[Ética empresarial], *ibidem*, e H. Müller-Groeling, *Unternehmensethik in einer Sozialen Marktwirtschaft nach deutschem Vorbild* [Ética empresarial em uma economia de mercado social de acordo com o modelo alemão] (tradução), in: *Zeitschrift der deutsch-polnischen Industrie- und Handelskammer* [Revista da Câmara do Comércio e da Indústria Alemã-polonesa], Hefte 7/8 e 9, 1999.

pelas conseqüências dos seus atos e dos seus dependentes, assim como responsabilidade pela comunidade.

Entretanto, não se trata de modo algum apenas de uma “liberdade de”, ou seja, da liberdade mais ampla possível de obrigações estatais e da tutela corporativista, por mais que essa liberdade, claro, também seja importante. Trata-se também de uma “liberdade para”. Nesse sentido, um elemento essencial é a liberdade de escolha, a liberdade de cada cidadão de moldar a sua vida no âmbito da ordem econômica e jurídica tanto quanto possível conforme seus próprios ideais e em responsabilidade própria, porém, respeitando a liberdade dos outros e, ao mesmo tempo, concorrendo com eles.

Para isso, são necessárias alternativas, evidentemente alternativas políticas, para a participação na elaboração dos assuntos públicos. Mas a política liberal não se importa apenas com a liberdade de escolha nas urnas e com a ampliação de elementos plebiscitários, mas também com a liberdade de escolha no planejamento da vida privada. Assim, a liberdade de escolha não deve ser limitada apenas à dimensão econômica, mas entendida na sua concepção mais abrangente.

Para assegurar essa liberdade de escolha, para oferecer um grande número de possibilidades, o mercado, a política de economia de mercado, que aposta em uma garantia fundamental da propriedade e no sistema de livres mercados no âmbito de uma ordem econômica e jurídica pré-estabelecida, constitui um instrumento social indispensável, ainda que freqüentemente mal compreendido. Mercados permitem o livre intercâmbio, a livre concorrência e a livre cooperação. Esses são também os pilares de uma sociedade liberal. Ela pressupõe a existência de mercados nos quais

predomine o livre intercâmbio em conformidade com a lei, mas também a concorrência como estímulo ao desempenho e com vista à limitação do poder econômico, sem esquecer também a livre cooperação, cuja importância para o sistema de economia de mercado não tem sido suficientemente considerada e reconhecida.

Da mesma forma, a importância do livre intercâmbio não deve ser subestimada. No processo de mercado e por meio dos preços de mercado resolve-se um problema central de informação para o progresso econômico (sobre privilégios e carência econômica) que - como demonstram as experiências com economias de administração centralizada - só pode ser resolvido de modo descentralizado pelos mercados. Assim, a política liberal alcança uma alta eficiência e desenvolvimento técnico e econômico por intermédio do sistema de estímulo da economia de mercado e da concorrência, que, ao mesmo tempo, também constitui um procedimento de pesquisa⁶. A política liberal acarreta uma melhoria impressionante no nível de vida, principalmente nos países desenvolvidos, mas não apenas lá. Essa melhoria do padrão de vida, cuja extensão freqüentemente não é percebida, advém em boa parte de um aumento do tempo livre e, ainda mais, de um decréscimo do tempo de atividade profissional, contribuindo, além disso, para um aumento considerável da expectativa de vida. Com sua vasta importância, a melhoria no padrão de vida constitui uma parte significativa da dimensão social da política liberal.

A função da política de economia de mercado também tem sido mal interpretada somente pelo fato de o conceito de mercado ser usado de forma restrita, ou seja, em relação aos mercados de bens de consumo. Assim,

essa política é vista com frequência exclusivamente como uma política de satisfação das necessidades materiais. Tal julgamento não considera que prestações de serviços como concertos, teatro, exposições, palestras e muito mais também são objeto de mercados, de modo que a arrogância cultural frente ao “mercado” manifesta mais ignorância do que superioridade moral.

Ignora-se também que o mercado se encarrega de muitas decisões importantes. Podemos recordar aqui, apenas como exemplo, as decisões tomadas nos mercados de trabalho, habitacional e financeiro, para mostrar o quão importante o mercado é para a autonomia do indivíduo e que não há razão para nutrir preconceitos contra uma política que defende os mercados.

O exemplo do mercado de trabalho

O elevado e permanente desemprego na Alemanha ilustra o que acontece quando o livre jogo das forças não é permitido em um mercado, quando o mercado é ultra-regulamentado. O desemprego involuntário é um fardo social que ultrapassa as questões salariais e prejudica a posição social e autoconfiança dos envolvidos. Aqui se revela nitidamente a dimensão social de uma política liberal que cria um mercado de trabalho eficiente por meio da desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho e de uma política de economia de mercado, pretendendo, assim, prestar uma contribuição para a eliminação do desemprego. Tal modelo já se mostrou completamente possível em outros países. Uma política liberal de mercado de trabalho deveria garantir ao indivíduo a possibilidade de aceitar trabalho quando esse lhe é oferecido de acordo com as condições de mercado (em casos mais difíceis, com o

⁶ Ver Friedrich v. Hayek, *Der Wettbewerb als Entdeckungsverfahren* [A Concorrência como Procedimento

pagamento de complementos salariais). Uma política liberal de mercado de trabalho é social por três motivos. Primeiro, ela pode evitar que empregados e empregadores celebrem acordos - no âmbito da regulamentação atual do mercado de trabalho, apoiada pelo Estado – às custas de terceiros, ou seja, às custas dos desempregados e dos contribuintes. Em segundo lugar, ela impede que aqueles que não desejam trabalhar se esquivem da responsabilidade de prover o sustento próprio e das suas famílias às custas da sociedade. Mas o mais importante é que, com uma flexibilização da legislação relativa ao mercado de trabalho, preste uma contribuição decisiva para reduzir os altos índices de desemprego que, com seus efeitos socialmente negativos, é o elemento mais associal que a nossa sociedade se permite, apesar de afirmar tantas vezes que a legislação trabalhista e de mercado de trabalho relevante é, sim, social. Aqui se torna extremamente claro que a política liberal é, em muitos casos, mais social do que seria uma ampliação da legislação social tradicional, em parte protecionista, e da política de segurança social.

Subsidiaridade

A política liberal é, em primeiro plano, uma política que assegura e fomenta a liberdade dos cidadãos, possibilitando e exercitando decisões livres por responsabilidade própria. Liberdade, autonomia e responsabilidade própria são valores que fazem parte, como o desenvolvimento e a medida de forças na concorrência, como também a livre cooperação nos mercados, de uma concepção especificamente liberal do ser humano. Trata-se de valores que se coadunam estreitamente com o princípio de organização social da subsidiaridade, muito citado, mas só raramente levado tão a sério quanto

merece⁷. Eis um princípio liberal primário que às vezes, infelizmente, também é subestimado pelos liberais. Interessante notar que esse princípio foi formulado de modo bastante concludente na Encíclica “Quadragesimo Anno”, onde é denominado de “mais alto princípio sócio-filosófico. Diz-se nessa Encíclica “que aquilo que o indivíduo pode realizar por iniciativa própria e com suas próprias forças não pode lhe ser subtraído e transferido à ação da sociedade.” Além disso, a Encíclica formula que “toda ação da sociedade é subsidiária em sua essência e conceito.”

Mercados livres, dinâmica econômica e espaço para a verdadeira solidariedade

A existência de mercados livres, uma política de economia de mercado é um elemento essencial para a garantia de liberdade e a cooperação livre de submissão. Mercados livres são – independentemente de argumentos relativos à eficiência e ao crescimento de uma ordem econômica de economia de mercado – de um valor fundamental para o modo de vida e a independência do indivíduo. Eles constituem também – como o mostra a história – devido à sua importância crucial para a liberdade de escolha e, especialmente, devido à interdependência dos ordenamentos (Eucken), a base de uma comunidade democrática e , assim, o cerne da política liberal.

A política liberal também contribui, enfatizando e defendendo o sistema de economia de mercado, para a dinamização da economia e, conseqüentemente, para o bem-estar da sociedade. Um ordenamento econômico calcado na liberdade, com um sistema de mercados livres, possibilita não só a liberdade de decisão, mas também cria espaço para a

⁷ A política européia com suas promessas de adesão à subsidiariedade é um exemplo disso.

verdadeira solidariedade, para a solidariedade espontânea representada pela caridade privada, e também para a ajuda pública que se dirige para os realmente necessitados, ao engendrar mecanismos de estímulo para o desempenho e as forças produtivas.

Mercados e Igualdade

Uma importante qualidade dos mercados reside no fato de, em princípio, assegurarem o tratamento igual dos cidadãos, o que significa, invertendo-o, também a sua não-discriminação. Essa igualdade é uma parte importante da dimensão social da política liberal.

Nos mercados, não se trata somente de um amor ao próximo, que é óbvio (na esfera privada) em relação à família. Não se trata também de solidariedade, camaradagem ou nepotismo dentro de pequenos grupos, associações ou partidos (portanto, não se trata de *'crony capitalism'* ou corporativismo). Para os mercados, é importante a igualdade de chances, que é um ponto central da política liberal, e não a igualdade de resultados (os diferentes são tratados de forma diferente). Trata-se da não-discriminação de *'estranhos'*, do respeito ao *'mais distante'* (Hartmann), mas também se trata de concorrência⁸. Esse tratamento igual dos mais próximos e dos mais distantes, essa não-discriminação é que muitas vezes leva o mercado e os economistas liberais a serem criticados por uma frieza social. Porém, a não-discriminação é um elemento importante da política social e da *'boa sociedade'*. Mercados, é o que se revela aqui, lidam cautelosamente com um

⁸ ver Herbert Giersch, *Das Wirtschaftswachstum in Zeiten der Globalisierung [O crescimento econômico em tempos de globalização]*, F.A.Z. nº 12, 15.1.2000, p. 15.

bem muito raro, o amor ao próximo, para que ele possa ser usado nas ocasiões certas (v. Hayek).

Egoísmo, altruísmo e justiça social

Com frequência, contrapõe-se a escolha realizada no mercado à escolha política para mostrar que no mercado se escolhe sob uma perspectiva egoísta, enquanto que na política a escolha ocorre sob uma perspectiva altruísta. Deve-se considerar, no entanto, que no mercado a escolha é paga por aqueles mesmos que fazem a escolha, na maioria das vezes com a utilização de recursos próprios, enquanto na política os eleitores têm a legitimação para ser os favorecidos pela escolha. Se o cidadão vota a favor de medidas sociais que favorecem terceiros, ele sabe ao menos que terá que contribuir apenas com uma parte ou talvez nem tenha que contribuir para o financiamento dessas medidas. Não é à toa que eleições em que se decide a distribuição de benefícios sociais já tenham sido comparadas a leilões (Roland Vaubel). Também sob esse ponto de vista as decisões próprias ao mercado aparecem sob uma outra luz, mais social. A afirmação freqüente de que as eleições políticas são mais marcadas pelo altruísmo do que as decisões tomadas no mercado tornam-se questionáveis frente a essas considerações. Entende-se melhor por que a política liberal defende em muitos casos o sistema dos mercados e as decisões de mercado.

Em um outro contexto, a política liberal aposta no processo de concorrência nos mercados. Trata-se, aqui, da polêmica questão da “justiça social”. Já que, em razão dos conflitos de interesses, raramente é possível obter unanimidade quanto ao resultado justo de uma distribuição, Friedrich v. Hayek fala de “uma completa falta de conteúdo do conceito de justiça social”

e propõe que se vise não à justiça nos resultados, mas à justiça nos procedimentos⁹. Nesse sentido, a política liberal – aqui também em analogia à concorrência existente no esporte – aposta na concorrência nos mercados no âmbito das regras do ordenamento jurídico e econômico. Aposta, também, no aprimoramento dessas regras e, evidentemente, na correção dos resultados em relação àqueles que não podem tomar parte nessa concorrência ou que participam de forma limitada.

A política liberal quer exatamente pela melhoria do padrão de vida, da retração do Estado e de normas jurídicas generosas criar não só espaço financeiro para o sustento próprio dos indivíduos e para a ajuda estatal dirigida aos verdadeiramente necessitados, mas também incentivar a caridade privada. Ela se interessa em fomentar um comportamento em relação à caridade privada como existe de forma mais significativa em outros países sob condições mais favoráveis¹⁰. Uma visão que só considera como sociais as reivindicações do indivíduo frente à coletividade é o produto do cultivo de longa data de uma mentalidade de mera reivindicação, oriunda de uma assistência completa por parte do Estado, que se revela facilmente como insuficiente ou não custeável por sua estrutura e por seus efeitos colaterais.

Progresso Econômico

A política de economia de mercado aposta na dinâmica econômica que nasce da combinação da iniciativa individual e dos respectivos sistemas de estímulo. O livre comércio de bens e serviços e a livre circulação

⁹ Ver Friedrich v. Hayek, *Drei Vorlesungen über Demokratie, Gerechtigkeit und Sozialismus* (Três Aulas sobre Democracia, Justiça e Socialismo), Tübingen 1977, p. 23, e *The Fiction of Social Justice*, in: *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*, London 1978.

¹⁰ Ver Karl-Heinz Paqué, *Philantropie und Steuerpolitik* [Filantropia e Política Tributária], Kieler Studie 203, Tübingen 1986.

de capital tornam possível a divisão mundial do trabalho e servem ao ‘bem-estar das Nações’. O crescimento econômico e o aumento do bem-estar – nacional e internacional – são de fundamental importância para a dimensão social da política liberal. Ainda mais à medida que o crescimento econômico tende a se acelerar, baseando-se mais na pesquisa e no conhecimento do que nas matérias-primas e na produção industrial. Esse fato vem certamente ao encontro do apelo por uma maior resistência da economia, mas, com ele, também obtém maior importância a dimensão social de uma das prioridades da política liberal – o fomento da educação e da formação – trazendo para o indivíduo mais chances de desenvolver seus talentos pessoais¹¹.

Uma aceleração do crescimento econômico não se realiza sem problemas. Crescimento sempre significa mudança de estrutura e aumenta não só as chances, mas também os riscos. Exige flexibilidade e capacidade de adaptação e desgasta a coesão social. O conhecimento e o capital envelhecem mais rápido e as diferenças sociais podem aumentar. Tudo isso não deixa de ser perigoso para o pensamento liberal. Reforça o apelo por igualdade (aqui, não de chances, mas de resultados) e pelo Estado e gera resistências exatamente contra as condições que são favoráveis ao desenvolvimento econômico. Muitas dessas reações resultam da resistência à mudança, da falta de formação e de flexibilidade, mas também de mal-entendidos acerca das condições que produzem o bem-estar e o crescimento econômico, assim como acerca do papel do Estado, mal-entendidos que não são fáceis de eliminar.

¹¹ As diferenças de aptidão também levarão aqui, evidentemente, a resultados diferentes, mas não deveriam

Globalização e política liberal

É estranho que, ao falarmos de política social, geralmente nos referimos à esfera nacional. Mesmo aqueles que desejam uma sociedade multicultural costumam manter-se atados com suas análises ao plano nacional, pelo menos é o que acontece quando a discussão política ultrapassa a questão do financiamento de ajuda para países em desenvolvimento. Isso pode ser uma consequência do fato de a concentração em sistemas de segurança social, que estão longe de ser sociais, ter contribuído consideravelmente para limitar de modo inaceitável a visão sobre o caráter social da ordem que rege a sociedade.

A discussão em torno de uma ordem econômica mundial e da globalização pode ser vista como uma lição sobre os componentes sociais da política liberal. Também aqui a dimensão social da política liberal não reside em primeira linha no financiamento da ajuda ao desenvolvimento, mas, além do incentivo às relações culturais e à ajuda ao desenvolvimento econômico e técnico, na construção de livres mercados para o comércio, investimentos e serviços. Com isso, ela pleiteia o livre acesso aos mercados dos países desenvolvidos também para os fornecedores de países em desenvolvimento, de forma que todos os que quiserem possam tomar parte sem discriminação na divisão de trabalho da economia mundial.

Sob uma perspectiva que se limita ao nacional, a globalização é considerada, entretanto, um perigo social para o trabalho nacional simples, que passa a ficar exposto à pressão da concorrência vinda dos chamados “países de baixos salários”, o que significa ter que competir com

trabalhadores provenientes de países em desenvolvimento ou dos países do leste que passaram por reformas políticas (como Hongkong). Os empregos para trabalhadores sem qualificação nos países desenvolvidos realmente serão ameaçados, caso não ocorra nesses países o ajuste estrutural necessário que, basicamente, se resume na melhoria da formação e do aperfeiçoamento profissional, mas também em uma distensão dos salários.

No entanto, por outro lado, a globalização confere igualdade de chances ao grande número de mais desfavorecidos nos países em desenvolvimento. Ela permite que eles participem dos benefícios da divisão do trabalho e, assim, obtenham alguma renda ou alcancem um melhor padrão de vida.

Um outro resultado da globalização, chamado de expansão da divisão internacional de trabalho, é que os países envolvidos põem-se cada vez mais sob o controle da concorrência local, em decorrência das medidas estabelecidas pela globalização. Uma parte do seu poder sobre os cidadãos se perde nessa concorrência e o intervencionismo estatal se retrai. Torna-se mais difícil limitar a renda dos cidadãos por impostos e contribuições sociais, uma vez que a contraprestação seja considerada pelos cidadãos como insuficiente. O mesmo vale para associações de interesses que extraem seu poder do bloqueio dos mercados nacionais. Nem todos saudarão essa limitação do poder do Estado, principalmente aqueles que esperam muito das medidas estatais e apóiam o amplo papel do Estado¹². Mas, em princípio, a concorrência local provoca um maior aumento das possibilidades de escolha para os cidadãos e uma diminuição do poder do Estado regulamentador e

¹² Também há a objeção do “*race to the bottom*”, ou seja, o temor que sob a concorrência local as reduções de impostos não cheguem nunca ao fim, temor que a realidade parece contestar.

tributador e dos seus mandatários, assim como uma melhoria das condições de concorrência em todo o mundo.

Protecionismo como risco

É grande a tentação de não se confrontar com essa reivindicação pelo social, definir o grupo dos favorecidos – o “nós” – de modo restrito e isolar-se contra a concorrência indesejada “de fora”. Nesse sentido, é fácil apoiar a ajuda social (ajuda para o desenvolvimento), desde que financiada tanto quanto possível pelos outros, mas rejeitar o livre acesso aos mercados e a livre concorrência, pintando a globalização num cenário de horror.

As relações econômicas internacionais oferecem muitas possibilidades para se evitar a concorrência. Nem todas são facilmente identificáveis como protecionistas, começando por uma associação de “livre comércio” em uma união alfandegária (ou em várias). É notório que em tais organismos surge, além dos efeitos de incrementação do comércio, também um redirecionamento do comércio que traz desvantagem para aqueles que não são membros e vantagem para os membros. Em relação aos não-membros viola-se o princípio da maior proteção da Organização Mundial do Comércio (OMC) que exige que todas as vantagens concedidas a uma Nação também sejam concedidas a todas as outras.

Elementos mais perigosos da discriminação (do protecionismo) são normas que em primeiro plano navegam sob a bandeira do social, mas com freqüência ainda são, sim, usadas como instrumentos do protecionismo, porque são impostas aos parceiros comerciais. São tão perigosas, pois, por exemplo, normas sociais ou ambientais parecem sociais e, na verdade, são

extremamente não-sociais. Como é que trabalhadores de Bangladesh podem ter condições de concorrer, se lhes são impostas normas sociais das nações desenvolvidas? Na esfera nacional, bem como na internacional, não é necessariamente social cuidar para que aqueles que possuem trabalho tenham uma vida melhor, mas sim, é social dar uma chance àqueles que não têm trabalho. Dito de outra forma: será que um país mais rico não pode e deve se permitir normas ambientais diversas das normas de um país mais pobre? Será social a tentativa de proibir por meio da chamada “Diretriz dos remetentes” a concorrência com os salários mais baixos dos trabalhadores de outros países da Comunidade Européia?

Contra todas essas tentativas de praticar uma justiça social extremamente questionável, defendendo os próprios privilégios em detrimento dos mais pobres, negando-lhes o acesso ao mercado ou pelo menos dificultando-o, uma política de economia mundial mostra seu forte perfil social com sua regra básica de não-discriminação e da maior proteção, por sua vez, sem ter que recorrer à ajuda ao desenvolvimento, que, evidentemente – assim como a ajuda social em escala nacional – não deve absolutamente ser excluída.

Política Liberal e Política Social

Há um mal-entendido a ser evitado. Falamos aqui da dimensão social da política liberal, não da visão liberal do tradicional setor da segurança social. Se falássemos aqui da política social liberal nesse sentido estrito, deveríamos, então, discutir quais as implicações que decorrem para os cidadãos dos princípios da política liberal acerca dos sistemas de segurança

existentes contra as conseqüências econômicas dos riscos representados por doenças, idade, invalidez, necessidade de assistência e desemprego.

Por conseguinte, deveríamos discutir se é possível harmonizar os princípios liberais com a distribuição de renda imposta pelo Estado e com a tutela dos cidadãos realizada pelos sistemas de segurança estatais obrigatórios que se destinam à proteção contra os riscos econômicos. Cabe questionar principalmente se, frente ao bem-estar consideravelmente elevado na sociedade, tais sistemas de segurança obrigatórios ainda são tão adequados quanto talvez tenham sido à época da sua criação. Seria importante também perguntar se esses sistemas, com seus procedimentos de distribuição, ainda são efetivos diante do decréscimo populacional, e se asseguram um mínimo de justiça entre os cidadãos e entre as gerações. Em suma, deveríamos perguntar como o cidadão pode, do ponto de vista liberal, proteger-se na conjuntura atual contra esses e outros riscos de vida. É evidente que uma tal discussão no âmbito das aposentadorias levaria a propostas que privilegiariam a responsabilidade própria e o seguro individual de acordo com o procedimento de cobertura de capital, provavelmente baseadas num seguro mínimo determinado por lei, como no caso da responsabilidade por terceiros nos seguros de automóveis, que visam a evitar o *moral hazard*¹³. No que se refere à proteção contra os riscos econômicos decorrentes de doenças certamente também surgiriam propostas no sentido de uma maior ênfase da liberdade de escolha, do seguro privado com formas diversas de indenização e de participação própria. Aqui, no entanto, seria possível pensar no

¹³ ver Roland Vaubel, *Reforming Social Security for Old Age*, e Hubertus Müller-Groeling, Coment in: Herbert Giersch (ed.), *Reassessing the Role of Government in the Mixed Economy*, p. 173 s. e p. 191 s., Tübingen 1983.

estabelecimento de um seguro mínimo como uma concessão perante a comunidade devido ao onipresente *moral hazard*¹⁴.

É importante reconhecer que a política liberal, assim como a política social tradicional, se importa com a segurança do indivíduo contra as ameaças à sua sobrevivência. A dimensão social da política liberal reside no fato de apelar inicialmente para o indivíduo e sua responsabilidade, em vez de dirigir reivindicações imediatamente à sociedade, mas deixando também ao indivíduo, dentro de certos limites, a liberdade de escolha. A política liberal de segurança contra riscos também adquire uma dimensão social específica ao tentar evitar contratos que onerem terceiros, como os que hoje são freqüentemente celebrados nas negociações sobre os sistemas estatais de segurança social. O melhor exemplo é a aposentadoria, campo em que as partes negociadoras têm se utilizado das rubricas solidariedade e contrato de gerações para chegarem a um acordo às custas dos contribuintes e das gerações futuras.

Apesar de toda a crítica contra os sistemas existentes é preciso deixar claro que a política liberal não deve perder de vista a sua obrigação perante os realmente necessitados. O fato de a política liberal defender aqui mais o aumento generalizado do bem-estar, a iniciativa privada, as comunidades e redes, não significa que não esteja preparada para disponibilizar os recursos necessários para os necessitados. Ao contrário, empenhar-se pelo progresso econômico, evitar a extensão de benefícios aos que não precisam, direcionando a ajuda social àqueles que realmente necessitam, significa realmente prestar-lhes ajuda.

¹⁴ cf. *Liberales Institut der Friedrich-Naumann-Stiftung* [Instituto Liberal da Fundação Friedrich Naumann], *Grundsätze liberaler Sozialpolitik* [Princípios fundamentais da política social liberal] – 12 teses, nesse volume, p. 261 s.

Liberdade e Responsabilidade na Comunidade

A política liberal possui *per se* uma dimensão social significativa. Ela defende um projeto para a sociedade que seja em si social e garanta a liberdade do indivíduo de realizar seus projetos de vida na sociedade de cidadãos, tanto quanto possível, livre de intervenções estatais, de forma autônoma e com responsabilidade própria, ao mesmo tempo concorrendo e cooperando com os outros. A política liberal o realiza dentro de um quadro de ordem e de direito que deve garantir que o comportamento competitivo do indivíduo não só privilegie a ele e às suas comunidades na sociedade de cidadãos, mas também a toda a comunidade e que a concorrência se dê de um modo justo, em conformidade com a justiça de procedimentos. E a política liberal defende a dinâmica econômica que desencadeia um tal sistema, defende a formação dos cidadãos como valor, mas também o progresso técnico e econômico daí resultante e as melhorias de bem-estar que estão relacionadas a ele. Para isso, é indispensável um sistema de livres mercados que permita o livre intercâmbio de bens, serviços e capital, também fora das fronteiras nacionais, assim como uma política de economia de mercado que se preocupe com a abertura necessária e a funcionalidade dos mercados, bem como com a limitação do poder do mercado. A limitação do poder do mercado é um dos deveres do Estado que a política liberal quer ver reduzido à realização de suas tarefas genuínas (como, por exemplo, a segurança interna e externa), que ele, então, poderia levar realmente a sério.

É equivocada a tentativa de medir o conteúdo social da política liberal pela política social tradicional ou mesmo pelo aumento dos sistemas de segurança estatais obrigatórios. A política liberal possui uma dimensão social que não se limita à política social no sentido estrito, pois está contida no

próprio projeto para a sociedade. Na política social, os princípios da política liberal levam à ênfase sobre a liberdade e a responsabilidade do indivíduo, chamado a decidir individualmente sobre a segurança contra os riscos econômicos para a sua vida e dos seus. O procedimento de cobertura de capital e a diferenciação de tarifa adquirem automaticamente um maior peso em tal procedimento. Ao mesmo tempo, evita-se beneficiar paralelamente os que não precisam, de forma que a política social pode destinar os recursos existentes aos realmente necessitados.

Como política de economia de mercado, a política liberal defende um ordenamento econômico e jurídico libertário, a garantia da propriedade, a moral de mercado desenvolvida ao longo da história, a responsabilidade e interesse próprio dos cidadãos e a dinâmica da concorrência. Ela defende e preserva a liberdade dos cidadãos contra a tutela do Estado e o poder das associações. A liberdade que ela confere a cada indivíduo não é o fardo de assumir a responsabilidade por si e pelos seus, mas sim a responsabilidade para a participação ativa em pequenas comunidades e na sociedade de cidadãos. A política liberal encontra-se muito distante do mal-entendido representado pelo “falso individualismo” (v. Hayek), que considera o indivíduo quase completamente isolado da co-responsabilidade e da participação na sociedade.